

I SEMINÁRIO

**OBSERVATÓRIO DO TRABALHO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Caderno de Resumo

I SEMINÁRIO

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Conferências

Walter Paulo de Sousa Rodrigues | IBGE ▼

Coordenador Estadual da PNAD Contínua no Rio Grande do Sul. Ingressou no IBGE em 2006, atuando como entrevistador da PNAD Clássica e, a partir do ano seguinte, como supervisor regional e instrutor da Pesquisa, em nível estadual. Desde o teste-piloto da PNAD Contínua, em 2009, exerceu as mesmas funções, até assumir a coordenação da Pesquisa no Rio Grande do Sul, em 2014. Em nível nacional, integra três dos Grupos Técnicos da Pesquisa.

Título: **Panorama sobre o mercado de trabalho do Brasil atual**

Resumo: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) retrata a realidade do mercado de trabalho brasileiro, inclusive da sua parcela que vive na informalidade, desde 2012. Com recortes em nível de grandes regiões, estados, regiões metropolitanas e municípios das capitais, segue recomendações metodológicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão das Nações Unidas. Na apresentação, além do panorama sobre o mercado de trabalho brasileiro e a participação do Rio Grande do Sul, vamos conversar sobre qual o significado dos indicadores e como são calculados os diversos contingentes populacionais que compõem a população em idade de trabalhar, na força de trabalho ou fora dela, pois conhecer os aspectos metodológicos, além de combater a desinformação, ajuda a quem estuda o mercado de trabalho e a quem pensa iniciativas para gerar emprego e renda o melhor aproveitamento das informações geradas pela PNAD Contínua.

Lúcia Garcia | DIEESE ▼

Economista Sênior do DIEESE, graduada pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS) e Mestre em Economia pelo Programa de Pós-graduação da FCE/UFRGS. É professora da Escola Dieese/Ciências do Trabalho. É analista de mercado de trabalho com diversas publicações e mantém como temas de interesse: mercado de trabalho, distribuição de renda, contextos digitais e novas formas de regulação laboral.

Título: **Perspectivas para o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul em 2025**

Resumo: Pretende-se articular tendências já identificadas no âmbito das relações de produção contemporâneas, que resultam de nova morfologia do capital, a três características que se consolidam no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul – o deslocamento da Força de Trabalho para a margem atlântica do estado (regiões Litoral e Planalto); a estagnação do emprego gerado na estrutura produtiva privada regional e as mudanças do trabalho por conta própria gaúcho. Os três temas estiveram na agenda da Equipe do Observatório do Trabalho, entre 2023 e 2024, visando somar esforços às reflexões já realizadas pelos vários coletivos que estudam o trabalho no Rio Grande Sul, em prol do entendimento das interações entre economia local e oportunidades ocupacionais, assim como do espaço para políticas públicas assertivas.

I SEMINÁRIO

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Painel 1 – Inserção laboral das populações originárias no Rio Grande do Sul

Coordenação e debate: **Abílio Padilha da Silva Kaingang.**

Cacique da Terra Indígena Borboleta, nos municípios de Salto do Jacuí, Jacuizinho e Estumoso. Integrante do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI). Conselho deliberativo Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin-Sul).

Painelistas

Graziela da Silva Motta | IFFar

Possui doutorado em Ciências Humanas pela UFRJ, Licenciatura em Sociologia, Mestrado e Bacharelado em Ciências Sociais pela UFSM. É docente no Instituto Federal Farroupilha e membro do Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração (TRAMA) da UFSCar.

Título: **Panorama da ocupação da mão de obra indígena na produção de maçãs**

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar um panorama dos usos do trabalho indígena na produção de maçãs a partir da experiência de Vacaria/RS. Por meio de pesquisa de campo, documental e de entrevista com produtores, trabalhadores indígenas e outros sujeitos da sociedade envolvente indicados pelos interlocutores, observou-se que a ocupação da mão de obra indígena ocorre desde a década de 1990 e se intensificou a partir de 2010 com a busca por trabalhadores indígenas no interior do Mato Grosso do Sul. As formas de contratação variam da informalidade à formalidade. Dentro da informalidade, emprega-se o método do pagamento por metas de trabalho e são nas atividades sem registro onde os trabalhadores se tornam mais vulneráveis. Além das questões trabalhistas, há de se considerar as especificidades do trabalho rural, em especial a fruticultura, que podem somar riscos à saúde dos trabalhadores.

Juliano Florczak Almeida | FGTAS

Doutor em Antropologia Social pela UFRGS. Tem graduação em Ciências Sociais pela UFSM. Fez estágio pós-doutoral na EPHE-PSL (França). Atua desde 2013 como Analista Sociólogo da FGTAS, onde atualmente é chefe da Seção de Informação e Pesquisa/DRMT.

Título: **A inserção das populações originárias no mercado formal de trabalho do RS**

Resumo: O texto busca apresentar um panorama da inserção das populações indígenas no mercado formal de trabalho do RS. Para tanto, lança mão principalmente de três fontes de dados administrativos do MTE: RAIS, Novo CAGED e BG-IMO. Quebras das séries históricas das duas primeiras inviabilizaram análise da evolução da inserção dos povos originários. Priorizou-se então caracterizar a inserção laboral dos indígenas em termos de região de trabalho, atividade econômica dos estabelecimentos empregadores e ocupação desenvolvida pelos trabalhadores indígenas. Como principais achados, destacam-se a importância do gênero para entender inserção das populações indígenas no mercado formal de trabalho do RS e, em função das relevantes participações relativas, do cultivo da maçã, ao qual parece estar relacionado um movimento migratório pendular de indígenas, e da indústria de transformação, particularmente do abate e fabricação de produtos de proteína animal, além da administração pública. Esses vínculos concentram-se nos Campos de Cima da Serra, na Serra e na Região Metropolitana de Porto Alegre. Com relação à atuação da política pública de emprego para inserção laboral das populações originárias, destaca-se ser diminuta a intermediação de trabalhadores indígenas da agropecuária, setor responsável por 65% das admissões desse grupo populacional em 2024.

I SEMINÁRIO

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Painel 1 – Inserção laboral das populações originárias no Rio Grande do Sul

Nathalia dos Santos Silva | SJCDH



Servidora Analista Antropóloga na Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH). Conselheira titular no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI-RS) e no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-RS). Membro do Pleno Executivo da Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CAISAN-RS). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS (PPGAS).

Título: **Trabalho e acesso à terra: sínteses possíveis junto ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI-RS)**

Resumo: Esta intervenção busca situar o tema da inserção laboral indígena no contexto mais amplo do acesso à terra e aos territórios. Com base em dados do Censo 2022, do Sistema de Informações Indigenistas (SII/FUNAI) e da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), além das discussões realizadas no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI-RS) entre 2023 e 2024, o trabalho relaciona insegurança fundiária, acesso a serviços básicos e as condições de trabalho vivenciadas pelas populações indígenas. O objetivo é discutir junto aos órgãos públicos estratégias de ação que enfrentem os vínculos identificados. Por fim, são apresentadas e debatidas propostas para o fortalecimento de iniciativas populares, de base territorial, voltadas à ampliação do acesso ao trabalho e à renda dos povos indígenas.

Moisés Waismann | UniLaSalle



Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduado em Ciências Econômicas pela UFRGS. Coordenador do Observatório Unialsalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas. Professor no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

Título: **Boletim Especial do Observatório La Salle: O Mercado de Trabalho da População Indígena no Rio Grande do Sul**

Resumo: O dia 19 de abril, no Brasil, é oficialmente designado como "Dia dos Povos Indígenas", e é um convite a refletir sobre como está a sua inserção no mercado de trabalho. Este Boletim Especial constitui-se de uma colaboração para que se possa ampliar e atualizar o debate sobre o mercado de trabalho da população indígena no estado do Rio Grande do Sul. Apresenta a quantidade de pessoas indígenas por sexo, faixa etária e instrução, assim como a quantidade total de pessoas e de pessoas indígenas, pela condição de ocupação e sexo no mercado de trabalho, a quantidade de indígenas, sexo, faixa etária, por posição na ocupação e categoria, e por ser ou não contribuinte. Também se apresenta as horas trabalhadas e a faixa de renda. Sempre para o estado do Rio Grande do Sul. Este material é elaborado a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE por meio da PNAD Contínua Trimestral. As informações dizem respeito ao quarto trimestre dos anos de 2015, 2023 e 2024, este, último dado divulgado. Espera-se com material visualizar o papel das populações indígenas no mercado de trabalho no sentido de problematizar a sua contribuição, assim como se colocar em diálogo com gestor público, o setor produtivo (empresários e trabalhadores), com a sociedade organizada e a comunidade acadêmica. A expectativa é encontrar leitores atentos, ao mesmo tempo, em que se possa contribuir para o aumento do bem-estar de toda a comunidade.

I SEMINÁRIO

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Painel 2 – O trabalho rural no Rio Grande do Sul

Coordenação e debate: José Marcos Froehlich | UFSM

Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi professor Visitante na Universidad de Sevilla (Espanha; 2021-2022). Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ. Mestre em Sociologia pela UFRGS e Graduado em Agronomia pela UFSM. Professor no Departamento e nos PPGs em Extensão Rural e em Ciências Sociais da UFSM, tendo orientado vários trabalhos de Mestrado e Doutorado. Apresenta experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural e Ambiental.

Painelistas

Carolina Freddo Fleck | UNIPAMPA



Professora Associada na Universidade Federal do Pampa. Atua no Programa de Pós-Graduação em Administração da UNIPAMPA e no Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Públicas da UFSM, desenvolvendo pesquisa na área de gênero e relações de trabalho e metodologias de pesquisa.

Título: **As Relações de Trabalho no Meio Rural: uma análise da problemática no Rio Grande do Sul**

Resumo: As transformações sociais do final do século XX e princípio do século XXI acentuaram as mudanças no cenário de trabalho do meio rural. Já se falou sobre o êxodo rural, atualmente se fala com maior ênfase na mecanização. Mudança que traz a substituição de certas atividades e também, a demanda por especialização em outras. Considerando este contexto, o estudo teve como objetivo analisar as condições laborais e fatores que influenciam as relações de trabalho entre empregado e empregador em propriedades rurais de pecuária de Santana do Livramento. Os resultados encontrados permitem reflexões importantes sobre a interdependência entre empregados e empregadores e a necessidade de maior diálogo e estudos sobre os aspectos negativos que aparecem na relação entre os sujeitos envolvidos.

Davide Carbonai | UFRGS



Atua como docente nos programas de pós-graduação em Administração e em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É doutor em Sociologia Econômica pela Università di Teramo (2005). Seus interesses acadêmicos concentram-se em temas relacionados à sociologia do trabalho e às políticas públicas.

Título: **Assalariados rurais e representatividade do trabalho no Rio Grande do Sul**

Resumo: A palestra abordará o mercado de trabalho dos assalariados rurais no Rio Grande do Sul, com ênfase na regulação das relações de trabalho e na representatividade dos trabalhadores por meio dos sindicatos rurais. A partir de uma perspectiva sociológica, serão discutidos os desafios enfrentados por essa categoria em um contexto de crescente precarização, terceirização e flexibilização das normas trabalhistas. A apresentação se baseia em dados empíricos e em análises desenvolvidas no livro Rural Workers, Sindicatos and Collective Bargaining in Rio Grande do Sul (Palgrave Macmillan, 2022), que examina as estratégias sindicais, os acordos coletivos e os conflitos trabalhistas em diferentes regiões do estado. A palestra propõe uma reflexão sobre os limites e as possibilidades de ação coletiva no campo, destacando a importância da organização sindical para a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

I SEMINÁRIO

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Painel 2 – O trabalho rural no Rio Grande do Sul

Everton Lazzaretti Picolotto | UFSM



Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ (2011). Bacharel em Ciências Sociais (2003) e Mestre em Extensão Rural pela UFSM (2006). Coordena o grupo de pesquisa Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais (Tramas) na UFSM. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Título: **Trabalho no agro contemporâneo: dilemas da flexibilização na legislação e a persistência de práticas degradantes do trabalho**

Resumo: Os agentes do agronegócio brasileiro valorizam a modernidade do setor, a competitividade no mercado internacional e as qualidades dos nossos produtos. No entanto, o trabalho rural permanece como um elo frágil do gigante agro. Os direitos trabalhistas e a sindicalização dos trabalhadores rurais foram regulamentados na década de 1960 e aprimorados na Constituição de 1988 e Reforma Trabalhista de 2017, mas ainda é um setor em que são registradas diversas violações de direitos. A comunicação objetiva analisar as mudanças nas relações de trabalho em áreas de ponta do agronegócio no Rio Grande do Sul no período recente. Além de revisão bibliográfica, consulta em dados oficiais e documentos, a exposição apoia-se em pesquisa empírica desenvolvida pelo grupo Tramas/UFSM, com base em entrevistas com lideranças e assessores sindicais e com trabalhadores rurais. Os resultados mostram que em cadeias, como as da carne bovina, da soja, do arroz e das frutas no Rio Grande do Sul, bem inseridas nos mercados nacionais e internacionais, tem-se observado dificuldades para ter boas práticas trabalhistas. Ao contrário, existem dados desfavoráveis aos trabalhadores do setor, como alta informalidade, baixos salários e diversas violações trabalhistas, como os casos de trabalho análogo à escravidão. A organização sindical dos trabalhadores rurais passou por mudanças recentes, de sindicato ecléticos que agregavam diferentes situações de trabalho na agricultura, foram formados sindicatos mais específicos, de assalariados rurais e de agricultores familiares. Os novos sindicatos de assalariados rurais, apesar de terem perdido parte dos seus recursos e do seu papel legalmente estabelecido na intermediação das relações de trabalho desde a Reforma Trabalhista de 2017, tem atuado de forma mais contundente para conseguir bons acordos coletivos de trabalho e, em o fazendo, estes têm valor superior ao definido como padrão mínimo pela legislação. Em suma, a modernidade tecnológica destes setores do agronegócio nem sempre é acompanhada por relações de trabalho igualmente modernas e dignas.

I SEMINÁRIO

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Painel 3 – Trabalho e educação

Coordenação e debate: Bruno Bertoldo de Melo | SMDE–Prefeitura de Santiago

Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Santiago, é doutorando e Mestre em Gestão de Organizações Públicas pela UFSM. Além disso é graduado em Administração, possui MBA em Gestão Empresarial com Ênfase em Marketing de Relacionamentos e Gestão Estratégica de Pessoas, e pós-graduação em Docência no Ensino Superior. Bruno foi Coordenador da Agência FGTAS/SINE de Santiago e Coordenador do Departamento de Formação para o Trabalho da FGTAS.

Painelistas

Julice Salvagni | UFRGS

Doutora em Sociologia (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Administrativas e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS. É uma das coordenadoras do projeto Fairwork Brasil, vinculado à University of Oxford.

Título: **A construção dos imaginários no trabalho por plataforma: saberes, resistências e desafios**

Resumo: Parte-se da premissa de que a forma como as plataformas digitais são construídas, manipuladas e acessadas no contemporâneo tendem a recriar os históricos modelos coloniais dominantes. Assim, com base nas pesquisas já desenvolvidas acerca do tema, serão extraídos elementos aglutinadores de representação dos imaginários tecnopolíticos, seja de constituição da realidade ou de resistência, que contribuam com o debate em aberto acerca das possibilidades da ação públicas visando o uso comum das plataformas digitais. A apresentação buscará provocar um debate por alternativas de trabalho nas plataformas digitais que mitiguem o contexto de acentuada precarização, enfatizando a consolidação de saber, estratégias e formas de resistência já instruídas nas rotinas dos trabalhadores.

Maria Cristina Caminha de Castilhos França | IFRS

Cientista Social, doutora em Antropologia Social. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e atua como docente permanente nos Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (IFRS) e no de Educação em Ciências (UFRGS).

Título: **Trabalho e Educação: reflexões sobre as relações sociais e de produção numa perspectiva de uma educação profissional sócio-histórico-crítica**

Resumo: O trabalho contemporâneo tem sido moldado por transformações resultantes da globalização econômica, do avanço do capitalismo e das crises econômicas, políticas e sociais. Com o avanço do neoliberalismo adota-se a terceirização, a robotização e se observa a promoção do desemprego, além do retrocesso dos direitos trabalhistas. Por sua vez, a noção de empregabilidade toma novos contornos: a transferência da responsabilidade do acesso ao trabalho para o indivíduo, ignorando a escassez estrutural de empregos, a precarização das relações laborais e o impacto das políticas econômicas. A educação profissional passa a ter um caráter instrumental focado nas exigências do mercado, em detrimento a uma formação crítica e cidadã. Esse modelo subordina a educação à lógica produtiva capitalista, fragmentando conhecimentos e limitando o trabalhador a uma função específica. Diante disso, se propõe refletir sobre alternativas que promovam autonomia, formação integral e formas de organização solidária, além da defesa de políticas públicas que garantam trabalho digno e direitos sociais.

I SEMINÁRIO

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Painel 3 – Trabalho e educação

Raul Luis Assumpção Bastos | DEE-SPGG ▼

Doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UFRJ. Economista da Divisão de Análise Econômica do Departamento de Economia e Estatística da SPGG-RS.

Título: Desocupação no Rio Grande do Sul e os níveis de instrução dos trabalhadores: evidências do período 2019–2023

Resumo: O trabalho tem o objetivo de fazer uma síntese das principais tendências da desocupação no Rio Grande do Sul (RS) no período 2019–2023. Em 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, sob uma severa recessão econômica, a taxa de desocupação (TD) no RS elevou-se para o nível máximo da sua série temporal. Naquele ano, a piora na desocupação foi mais intensa entre os homens, os jovens de 18 a 24 anos, os negros, as pessoas com nível de instrução superior incompleto e nas áreas urbanas. De 2021 a 2023, em um contexto de recuperação parcial da atividade econômica, ocorreu redução da TD no RS, que atingiu, neste último ano, nível bastante inferior ao de 2019. A partir de 2021, e, de forma mais clara, em 2022 e 2023, identificou-se um processo de queda da TD no Estado, na maioria dos grupos populacionais, que foi concomitante à redução das desigualdades sociodemográficas na incidência da desocupação.